

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Cumprindo determinações legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. O Banco Semear encerra o exercício de 2011 apresentando um resultado negativo de R\$ 34,916 milhões (resultado positivo de R\$

10,090 milhões em 2010). Por sua vez, o Patrimônio Líquido apresentou o montante de R\$ 46,782 milhões (R\$ 82,440 milhões em 2010).

Adicionalmente, e ainda sobre o exercício findo, vale registrar os números das carteiras de crédito e captação da Instituição. São eles, respectivamente: R\$ 370,255 milhões (R\$ 426,020 milhões em 2010) e R\$ 394,780 milhões (R\$ 401,254 milhões em 2010).

O Contexto Operacional das Notas Explicativas (nota 1), traz considerações acerca dos eventos que impactaram a performance da instituição no exercício findo, cabendo contudo, ressaltar a demonstração do comprometimento dos acionistas da instituição em manter a estrutura operacional adequada aos procedimentos regulatórios, se comprometendo em disponibilizar através de capital o montante necessário para manutenção da operação.

Com estes números e com estas palavras, encaminhamos aos acionistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoio sempre presente.

A nossos colaboradores e, sobretudo, nossos clientes e parceiros, um agradecimento especial pela confiança e prestígio com que fomos distinguidos.

A ADMINISTRAÇÃO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	2011	2010
Ativo circulante	345.153	333.603
Disponibilidades (nota 4)	659	781
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 5)	38.420	17.756
Aplicações no mercado aberto	35.625	15.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.795	2.752
Títulos e valores mobiliários: (nota 6)	21.192	18.005
Carteira própria	21.146	16.849
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	46	1.156
Relações interfinanceiras	1.179	1.296
Operações de crédito: (nota 8)	227.937	262.265
Setor privado	306.305	292.242
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78.368)	(29.977)
Outros créditos (nota 10)	40.076	22.035
Outros valores e bens (nota 11)	15.690	11.465
Não circulante	132.900	213.326
Realizável a longo prazo	131.352	210.803
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 5)	-	21.456
Aplicações no mercado aberto	-	21.456
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-
Títulos e valores mobiliários: (nota 6)	39.203	22.973
Carteira própria	38.068	21.923
Vinculados à Prestação de Garantia	1.135	1.017
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 7)	-	33
Operações de crédito: (nota 8)	54.078	131.665
Setor privado	63.950	133.779
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.872)	(2.114)
Outros créditos (nota 10)	33.240	20.007
Outros valores e bens (nota 11)	4.831	14.702
Permanente	1.548	2.523
Imobilizado de uso	640	836
Intangível	908	1.687
Total do ativo	<u>478.053</u>	<u>546.929</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
Passivo circulante	136.400	161.935
Depósitos: (nota 12)	108.969	109.988
Depósitos à vista	4.768	8.203
Depósitos interfinanceiros	8.702	8.523
Depósitos a prazo	95.459	93.107
Outros depósitos	40	155
Relações interfinanceiras	-	3
Outras obrigações (nota 13)	27.431	51.944
Não circulante	294.871	302.554
Depósitos: (nota 12)	285.811	291.266
Depósitos a prazo	285.811	291.266
Outras obrigações (nota 13)	8.817	10.952
Receitas antecipadas	243	336
Patrimônio líquido	46.782	82.440
Capital social - De domiciliado no país (nota 14)	51.596	47.392
Reserva de lucros	-	35.048
Reserva legal	-	3.974
Reserva de retenção de lucros	-	31.074
Prejuízos acumulados	(4.814)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>478.053</u>	<u>546.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre/exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucro				Total
	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas de Retenção de lucro	Lucros / Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31/12/2009	43.660	3.469	33.471	-	80.600
Aumento de capital	3.732	-	-	-	3.732
Outros eventos:	-	-	-	(7.602)	(7.602)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	(7.602)	(7.602)
Reversão da reserva de lucros	-	-	(7.602)	7.602	-
Lucro do exercício	-	-	-	10.090	10.090
Destinações:	-	504	-	(504)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	(4.380)	(4.380)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.206)	(5.206)
Reclassificação para reserva de retenção de lucros	-	-	5.206	-	-
Saldos em 31/12/2010	47.392	3.973	31.075	-	82.440
Saldos em 31/12/2010	47.392	3.973	31.075	-	82.440
Aumento de capital	4.204	-	-	-	4.204
Outros eventos:	-	-	-	(35.048)	(34.916)
Reversão da reserva de lucros	-	(3.973)	(31.075)	35.048	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(34.916)	(34.916)
Destinações:	-	-	-	(4.946)	(4.946)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.946)	(4.946)
Saldos em 31/12/2011	51.596	-	-	(4.814)	46.782
Saldos em 30/06/2011	49.432	3.973	14.321	-	67.726
Aumento de capital	2.164	-	-	-	2.164
Outros eventos:	-	-	-	(18.294)	(18.294)
Reversão da reserva de lucros	-	(3.973)	(14.321)	20.562	(20.562)
Prejuízo do semestre	-	-	-	(20.562)	(20.562)
Destinações:	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Saldos em 31/12/2011	51.596	-	-	(4.814)	46.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.

Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua focada em produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas especialmente, crédito direto ao consumidor (CDC), bem como, crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas, além de crédito pessoal. Para pessoas jurídicas, concentra-se nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária.

Por sua vez, cobra recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.

Em 30 de dezembro de 2011, a Administração do Banco Semear, através do Ofício 097/2011-BCB/Desup/GTBHO/Cosup-03, o qual, posteriormente incorporado ao Termo de Comparcamento DESUP/GTBHO/COSUP-03-2012/3, de 4 de janeiro de 2012, tomou ciência da determinação de medidas prudenciais preventivas, com base na Resolução nº 4.019, de 29 de setembro de 2011, em face, especialmente, da deficiência de capital regulamentar apresentada pela Instituição no curso do 2º semestre de 2011, inclusive quando do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Todavia, e independentemente do atendimento ao Termo de Comparcamento lavrado pelo Banco Central, a Diretoria Executiva do Banco Semear, em conjunto com o Conselho de Administração, já vinha discutindo o reposicionamento estratégico da Instituição, vis a vis a nova realidade de custos (necessidade de alocação de capital e custo de captação dos bancos de pequeno e médio porte, p.ex.) e a adequação de seu core business.

Para auxiliar neste processo de reposicionamento o Conselho de Administração da Instituição contratou consultoria específica

para auxiliar a gestão do Banco neste trabalho e o resultado apresentado levou em consideração os seguintes aspectos metodológicos encontrados:

- Cenário de deterioração e concorrência no setor financeiro
- Instabilidade regulamentar do setor
- Elevada perda patrimonial decorrente de fatores exógenos
- Posicionamento do Banco Semear dentro do Grupo Seculus. Importante ressaltar ainda que outras medidas já haviam sido tomadas no curso do 2º semestre de 2011 objetivando a readequação dos níveis operacionais da Instituição, diante da realidade patrimonial que então emergiu:

- Encerramento das operações de crédito consignado, que adicionalmente passaram a exigir maior alocação de capital
- Cessão *sem coobrigação* de parte da carteira de crédito consignado, no montante de R\$ 49,1 milhões, que permitiu a redução dos ativos detidos na carteira e a geração de resultado de R\$ 9,5 milhões, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.e.1 - Cessão de Créditos - Com Instituições Financeiras.
- Encerramento das operações de *trading* realizadas na tesouraria, cujas exposições necessitam de alocação de capital pela parcela "Pacs".

Além destas ações, a Instituição vem imprimindo uma série de medidas de curto prazo, buscando manter a estrutura operacional em condições adequadas, na observância dos seguintes fatores:

- Aumento do rigor na concessão de crédito varejo.
- Redução do apetite na concessão de operações de crédito PJ
- Manutenção do caixa livre da Instituição em níveis superiores aos julgados necessários nas políticas de liquidez.

Neste sentido, foi elaborado um plano operacional que será necessário para aumentar o capital da Instituição, trazendo os números patrimoniais ajustados ao risco das operações. Assim, foram aprovados pelo Conselho de Administração aportes de capital no montante de R\$ 28,3 milhões, seguindo um rito de necessidade temporal de recursos, ou seja, o aporte será na medida da necessidade de enquadramento da Instituição, mantendo sempre o índice de Basileia acima dos patamares regulamentares.

Referido enquadramento operacional foi viabilizado em março/2012 com aporte de capital no valor de R\$ 15 milhões

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro de 2011 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	31/12/2011	2011	2010
Receitas de intermediação financeira	79.860	152.171	128.041
Operações de crédito (nota 15)	75.438	144.253	117.789
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 15)	5.110	8.416	8.599
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (notas 7 e 15)	(688)	(498)	1.653
Despesas de intermediação financeira	(90.224)	(159.462)	(80.903)
Operações de captação no mercado (nota 15)	(27.346)	(54.069)	(40.615)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 15)	(62.878)	(105.393)	(40.288)
Resultado bruto da intermediação financeira	(10.364)	(7.291)	47.138
Outras receitas (despesas) operacionais	(26.328)	(54.048)	(35.171)
Receitas de prestação de serviços (nota 16)	890	2.588	9.578
Rendas de tarifas bancárias (nota 16)	5.780	12.360	7.348
Despesas de pessoal (nota 16)	(1.313)	(3.724)	(2.882)
Outras despesas administrativas (nota 16)	(35.229)	(65.404)	(43.090)
Despesas tributárias (nota 16)	(1.043)	(2.305)	(2.577)
Outras receitas operacionais (nota 16)	9.734	14.702	15.532
Outras despesas operacionais (nota 16)	(5.147)	(12.265)	(19.080)
Resultado operacional	(36.692)	(61.339)	11.967
Resultado não operacional	944	604	1.686
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(35.748)	(60.735)	13.653
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro (nota 17)	2.681	(247)	(11.435)
Ativo fiscal diferido (notas 9 e 17)	10.875	24.594	9.284
Passivo fiscal diferido (nota 17)	1.630	1.539	(1.159)
Participações estatutárias no lucro	-	(67)	(253)
Prejuízo/lucro líquido do semestre/exercícios	(20.562)	(34.916)	10.090
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	(0,43)	(0,73)	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e outro aporte no montante de R\$ 13,3 milhões em junho/2012, além disso, verificou-se uma redução da exposição ao risco de crédito, que levou o PRE dos atuais 47,7 milhões para 41,5 milhões em 30 de maio de 2012.

De todo modo, ao fim e ao cabo, resta demonstrado o comprometimento dos acionistas da Instituição de manter a estrutura operacional adequada aos procedimentos regulatórios, se comprometendo em disponibilizar através de capital o montante necessário para manutenção da operação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável. A Demonstração dos Fluxos de Caixa para o referido período, a qual, para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional.

- Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil, são:
- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de Ativos
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes relacionadas
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações.

3 Principais critérios contábeis adotados

- Receitas e despesas**
As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.
- Caixa e equivalentes de caixa**
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.
- Aplicações interfinanceiras**
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Títulos e valores mobiliários**
A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
 - Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.
 - Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda" até a sua realização

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Semestre/exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	31/12/2011	2011	2010
Fluxo de caixa proveniente das operações	(20.562)	(34.916)	10.090
Prejuízo/lucro líquido do semestre/exercícios	(20.562)	(34.916)	10.090
Ajustes do resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividade operacionais:			
Depreciação e amortização	488	1.020	902
Provisão para devedores duvidosos	62.878	105.393	40.289
TVM - Ajuste a valor de mercado s/ ações	4.509	4.617	(990)
Provisão (reversão) para créditos cedidos com coobrigações	(2.256)	(2.227)	806
Resultados com instrumentos derivativos (swap)	(12)	(51)	(1.666)
Provisão para perda na baixa de oper.credito consignado - Convênio	242	281	1.045
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(1.630)	(1.539)	1.160
Provisão para passivos contingentes	626	1.765	-
Provisão para perdas em outros valores e bens	-	1.191	-
Provisão para créditos tributários ...	(10.875)	(24.594)	(9.284)
	<u>33.408</u>	<u>50.940</u>	<u>42.352</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30	(44)	(1.184)
Títulos e valores mobiliários	(9.758)	(23.216)	(2.860)
Operações de crédito	38.252	6.522	(124.295)
Outros créditos	(2.479)	(7.291)	(6.378)
Outros valores e bens	6.793	4.456	(5.089)
Relações interfinanceiras e interdependência	293	117	269
	<u>33.131</u>	<u>(19.456)</u>	<u>(139.537)</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	(64.744)	(6.474)	90.005
Operações compromissada	-	-	(1.000)
Operações interfinanceiras	(137)	(2)	3
Outras obrigações	(2.086)	(24.249)	18.383
Variação nas receitas antecipadas ..	(34)	(92)	(148)
	<u>(67.001)</u>	<u>(30.817)</u>	<u>107.243</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(462)	667	10.058
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(8)	<	

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

12 Depósitos

O saldo da conta de Depósitos, no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	2011	2010
Depósitos à vista	2.343	2.371
De pessoas ligadas	98	136
De pessoas físicas	1.923	4.835
Depósitos vinculados	404	861
Total - Circulante	4.768	8.203
Depósitos interfinanceiros	2011	2010
De instituições financeiras - Não ligadas	8.702	8.523
Sem garantia, sem acordo de compensação	5.835	5.713
Sem garantia, com acordo de compensação (nota 5)	2.867	2.810
Total - Circulante	8.702	8.523
Depósitos a prazo	2011	2010
Com certificado	217.676	253.887
De pessoas ligadas	60.271	72.439
De pessoas físicas	71.514	71.477
De pessoas jurídicas	67.929	68.116
De institucionais	17.962	41.855
Sem garantia	4.029	18.243
Sem garantia de operações de crédito consignado (i)	13.933	23.612
Sem certificado - Com garantia especial FGC	163.594	130.486
De pessoas físicas	2.345	9.135
De pessoas jurídicas	86.450	60.648
De institucionais	74.799	60.703
Total	381.270	384.373
Circulante	95.459	93.107
Não circulante	285.811	291.266
Outros depósitos	2011	2010
Depósitos para investimentos	40	155
Total - Circulante	40	155

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 68% da carteira por vencimentos acima de 360 dias, cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas.

O Banco Semear S.A. possui captação de recursos estruturada com garantia de operações próprias de crédito consignado em folha de pagamento formalizada através de Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, no seguinte modelo:

(i) Mediante emissão de Depósitos a Prazo, na modalidade de Certificados de Depósitos Bancários - CDB, decorrente da habilitação do Banco Semear S.A. ao Programa para Aplicação de Recursos do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, com limite aprovado de R\$ 37.893 mil, sendo utilizado o montante de R\$ 13.933 mil (R\$ 23.612 mil em 2010), com fluxo de realização vincendo em 42 (quarenta e dois) meses, com exigência de garantia mínima de 120%, conforme garantias mencionadas na nota explicativa nº. 8 "F" (Outras informações de operações de crédito).

13 Outras obrigações

O saldo do grupamento "Outras Obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	2011	2010
Passivo circulante	2011	2010
Cobrança e arrecadação de tributos	174	224
Sociais e estatutárias	-	3.723
Fiscais e previdenciárias	921	6.721
Diversos	26.336	41.276
Cheque administrativo	20	1.758
Provisão para pagamentos a efetuar	198	317
Provisão para passivos contingentes	11.858	9.848
Cretores diversos - País	14.260	29.353
Total	27.431	51.944
Passivo não circulante (exigível a longo prazo)	2011	2010
Fiscais e previdenciárias	4.410	5.021
Diversos	4.407	5.931
Provisão para passivos contingentes	4.407	4.523
Cretores diversos - País	-	1.408
Total	8.817	10.952

A rubrica de "Fiscais e Previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2011	2010
Fiscais e previdenciárias - Passivo circulante	2011	2010
Imp. e contribuições sobre lucros-base corrente	86	5.344
Impostos e contribuições a recolher	835	1.377
Total	921	6.721

	2011	2010
Fiscais e previdenciárias - Passivo não circulante (exigível a longo prazo)	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições diferidos	854	2.392
Provisão para riscos fiscais (a)	3.556	2.629
Total	4.410	5.021
Total	5.331	11.742

(a) Em 6 de julho de 2010, a Instituição foi notificada pela Receita Federal do Brasil acerca do Auto de Infração da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, correspondente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009. Entretanto, referido Auto de Infração foi tempestivamente impugnado no dia 4 de agosto de 2010, em face de estar eivado por nulidade, diante da sentença transitada em julgado exatamente nos termos pedidos pela Instituição no Mandado de Segurança - processo nº 1999.38.00.009554-7. Referido processo administrativo, registrado sob o nº 15504.011564/2010-54, foi julgado pela 1ª Turma da DRJ/BHE na Sessão do dia 18/10/2010 sob o Acórdão 29041/10, cuja decisão julgou procedente em parte o lançamento do Auto de Infração, a qual, intimada em 21/03/2011. Da referida decisão, por sua vez, o Banco Semear S.A. interpôs, tempestivamente, recurso junto ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, situação a qual, encontra-se atualmente aguardando julgamento.

Importante considerar que a Instituição adota critérios conservadores quanto às estimativas e avaliações de contingências fiscais e, com base em informações de seus assessores jurídicos, de forma que considera remotos os riscos de eventuais perdas com o referido Auto de Infração, mantendo acompanhamento constante de sua defesa. Ainda que remotos os riscos de perda no referido Auto de Infração, pelas razões retro mencionadas, na hipótese absurda de um eventual ingresso da demanda, seus efeitos no Patrimônio da Instituição na data de encerramento do exercício de 2011, representariam um montante de R\$ 28,134 milhões (R\$ 16,880 milhões líquidos dos efeitos tributários), bem como, pela conversão em rendas da

União do saldo de depósito judicial da COFINS demonstrado pela letra "b" da nota explicativa nº 10 - Outros Créditos. Registra-se, por sua vez, que o montante do referido provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o PIS - Programa de Integração Social, nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - processo nº. 2006.38.00.012373-8 pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 equivale a R\$ 3.421 mil (R\$ 2.495 mil em 2010), conforme demonstrado pela nota explicativa nº 10 - Outros Créditos.

Na composição da rubrica de "Provisão para Passivos Contingentes", está contido o provisionamento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/1999, em que a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seja, carteira ativa e/ou carteira cedida. No exercício, encontra-se registrada como parte integrante de "Outras Receitas (Despesas Operacionais)" uma reversão líquida da mencionada provisão no montante de R\$ 2.227 mil (constituição de R\$ 912 mil em 2010).

Níveis de risco	%	2011	2010
Risco			
Carteira			
Provisão			
Carteira			
Provisão			
A	0,5%	48.134	241
B	1%	1.703	17
C	3%	1.922	58
D	10%	1.390	139
E	30%	1.334	400
F	50%	1.234	617
G	70%	1.291	904
H	100%	9.768	9.768
Totais (a)		66.776	12.144
Circulante			11.858
Não circulante			286
			4.523

Adicionalmente, também compõe a rubrica de "Provisão para Passivos Contingentes", o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que a Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser resumida na forma seguinte:

	2011	2010
Contingências judiciais	2011	2010
Contingências trabalhistas	24	2.358
Contingências cíveis	-	1.419
Totais - Não circulante	24	3.777
Provisões para contingências	2011	2010
Ativo para contingências		
reembolsável		
Contingências judiciais	24	2.358
Contingências cíveis	-	1.419
Totais - Não circulante	24	3.777

Em 31 de dezembro de 2011, as contingências avaliadas, de natureza trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizavam R\$ 5.320 mil.

A composição da rubrica de "Cretores Diversos - País" pode ser resumida na forma seguinte:

	2011	2010
Cretores diversos País - Passivo circulante	2011	2010
Cobrança a liquidar	402	-
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	3.671	16.962
Contribuições para o FGC	330	299
Contratos de operações de crédito a liberar	1.411	2.793
Créditos a baixar de operações de crédito	3.004	3.281
Fornecedores diversos	333	550
Conta gráfica - Alienação ações Emblema (a)	4.846	4.966
Créditos a devolver de descontos consignados	234	423
Outros cretores diversos	29	79
Total	14.260	29.353

Cretores diversos País - Passivo não circulante

	2011	2010
Créditos de cobrança simples e caucionada	-	78
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	-	1.330
Total	-	1.408

(b) O saldo da conta gráfica decorre de evento superveniente ao Instrumento de Alienação das ações do Banco Emblema (denominação anterior do Banco Semear S.A.), originado em face de Acordo Judicial firmado no âmbito do processo: 024.00.020.098-0 junto à 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Referido saldo será objeto de acerto financeiro a crédito dos acionistas compradores, devidamente instrumentalizado pelos acionistas vendedores, tão logo, concluída a alienação do imóvel permutado na negociação de imóvel recebido em dação em pagamento nos termos do Acordo Judicial, retro mencionado, cujo valor encontra-se registrado no grupamento contábil do Ativo Circulante de "Bens Não de Uso Próprio" pelo montante de R\$ 800 mil.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 51.596 mil (R\$ 47.392 mil em 2010), representado por 47.596 mil (43.392 mil em 2010) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de janeiro de 2012, foi homologado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital deliberado em 30 de dezembro de 2011 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$ 2.164 mil (2.164 mil ações).

b. Reservas

A Reserva de Lucros é representada pela Reserva Legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, bem como, pela Reserva de Retenção de Lucros.

Importa ressaltar que o saldo existente no grupamento contábil de Reserva de Lucros foi integralmente absorvido pelo prejuízo apurado neste exercício.

c. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital - Basileia II)

Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), proposto pelo Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007, que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3.360 a nº 3.368, nº 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR), e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), vigente desde 1º de julho de 2008.

Os impactos desse enquadramento podem ser resumidos no quadro abaixo:

Descrição	2011	2010
Patrimônio Líquido Ajustado	81.697	72.350
(+/-) Resultado do exercício	(34.916)	10.090
(-) Redução dos Ativos Diferidos	(908)	(1.706)
(=) Patrimônio de Referência Nível I	45.873	80.734
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência Total	45.873	80.734
(Nível I + Nível II) (a)	45.873	80.734
Alocação de Capital (por risco) - Resolução nº 3.490/2007 (a partir de 01/07/2008)		
Risco de Crédito (Pepr)	42.604	61.617
Risco de Mercado	601	11
Risco Operacional (Popr)	4.536	2.874
Risco Ações (Pacs)	0	903
Patrimônio de Referência Exigido (b) ...	47.741	65.405
Margem (a - b)	(1.868)	15.329
% de adequação do referencial exigido (a/b)	96%	123%
Capital direcionado para operação da carteira de Banking - RBAN (c)	327	702
Margem Final (a - b - c)	(2.195)	14.627
Índice de Basileia	10,57%	13,58%
Índice de Basileia Amplo (com RBAN)	10,50%	13,43%

Neste exercício, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) é de 10,50% (13,43% em 2010) enquanto o mínimo requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento, a Instituição encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

A readequação do índice de Basileia ao mínimo requerido pelas normas vigentes foi restabelecida em face do depósito vinculado ao Banco Central do Brasil, nos termos do art. 6º da Resolução nº 4.019/2011, no montante de R\$ 15 milhões, conforme relatado na nota explicativa nº 20.1 - Eventos Subsequentes, de forma que, em 31 de março de 2012, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) atingiu o percentual de 12,92% (a adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) em 31 de março de 2012 não foi revisada pelos nossos auditores independentes).

15 Receitas e despesas da intermediação financeira

A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre/exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º Sem/2011	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira	2011	2011	2010
Operações de crédito	75.438	144.253	117.789
Rendas de empréstimos	42.302	87.417	76.585
Capital de giro	11.821	25.845	26.705
Conta garantida	450	998	2
Crédito pessoal	30.031	60.574	49.878
Rendas de títulos descontados	-	50	243
Rendas de financiamentos	33.493	58.944	30.849
Crédito Direto a Consumidor - CDC	32.406	57.685	30.684
Crédito Direto a Consumidor com Intervenção - CDCI	1.087	1.259	165
Recuperação de créditos	2.195	4.788	4.935
Resultado da cessão de créditos	9.547	12.046	4.613
Despesa de cessão de créditos	(12.099)	(18.992)	564
Resultado de operações com tít. e val. mobiliários	5.110	8.416	8.599
De aplicações interfinanceiras de liquidez	2.672	4.194	4.229
De títulos e valores mobiliários	2.438	4.120	4.276
Rendas de títulos de renda fixa	2.918	4.562	2.245
Rendas de títulos de renda variável	3.779	3.922	1.036
Ajuste positivo com títulos de renda fixa	(38)	(35)	5
Ajuste negativo com títulos de renda variável	(4.221)	(4.329)	990
Rendas de aplic. em Fundos de Investimentos	-	102	94
Resultado com instr. financeiros derivativos	(688)	(498)	1.653
De operações SWAP	12	52	1.666
De operações no mercado futuro	(713)	(625)	(46)
De operações com opções	13	75	33
Total	79.860	152.171	128.041

17 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre/exercícios pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º Semestre/2011		2011		2010	
Discriminação	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(35.748)	(35.748)	(60.735)	(60.735)	13.653	13.653
Juros sobre o capital próprio	(2.546)	(2.546)	(4.946)	(4.946)	(4.380)	(4.380)
Participações empregados	(67)	(67)	(67)	(67)	(253)	(253)
Adições (exclusões) permanentes	(310)	(310)	(313)	(313)	285	285
Difer. temporárias ativas diferidas	27.360	26.905	61.836	60.909	23.669	21.174
Difer. temporárias passivas diferidas	4.509	4.509	4.617	4.617	(2.839)	(2.839)
Base de cálculo tributável	(6.735)	(7.190)	392	(535)	30.135	27.640
Alíquota base	-	-	(58)	-	(4.522)	(4.147)
Alíquota adicional	-	-	(27)	-	(2.987)	-
Incentivo fiscais	-	-	-	-	221	-
Reversão provisão semestre anterior	1.683	998	-	-	-	-
Totais	1.683	998	(85)	-	(7.288)	(4.147)
Diferença Provisão Exercício/2010	-	-	(101)	(61)	-	-
Totais - valores correntes	1.683	998	(186)	(61)	(7.288)	(4.147)
Base de cálculo tributável	4.509	4.509	4.617	4.617	(2.839)	(2.839)
(+/-) Ajuste à Base de cálculo	(433)	(433)	(770)	(770)	(58)	(58)
Passivo fiscal diferido						

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)
18 Transações com partes relacionadas

Em 2011	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do exercício
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.(a)	1.394	-	(19.193)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos(b)	77	-	(12.131)
Seculus Empreend. e Participações S.A. (c)	444	6.988	(1.098)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems) (d)	-	209	(117)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus(e)	428	53.074	(9.094)
Total operações - empresas e pes.físicas ligadas	2.343	60.271	(41.633)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	2.425	320.999	-
	<u>4.768</u>	<u>381.270</u>	
Circulante	4.768	95.459	
Não circulante	-	285.811	

Em 2010	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do exercício
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.(a)	1.347	-	(6.717)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos(b)	36	-	(24.471)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems) (d)	-	-	(253)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus(e)	988	72.439	(7.665)
Total operações - empresas e pes.físicas ligadas	2.371	72.439	(39.106)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	5.832	311.934	-
	<u>8.203</u>	<u>384.373</u>	
Circulante	8.203	93.107	
Não circulante	-	291.266	

(a) Despesa total de R\$ 19.193 mil (R\$ 6.717 mil em 2010) proveniente da realização de despesas antecipadas decorrentes da remuneração de serviços de agenciamento e intermediação de operações de crédito prestados pela SNV-Serviços e Negócios de Varejo no exercício.

(b) Despesa total de R\$ 12.131 mil (R\$ 24.471 mil em 2010) proveniente de prejuízo apurado em cessão de créditos realizada no exercício com a Serra da Moeda Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 (Operações de Créditos), letra "e 2"

(c) Despesa total de R\$ 1.098 mil proveniente de despesas com alugueis e IPTU (R\$ 197 mil) e com remuneração de depósitos a prazo (R\$ 901 mil) em nome da Seculus Empreendimentos e Participações no exercício

(d) Despesa total de R\$ 117 mil (R\$ 253 mil em 2010) proveniente de despesas com serviços prestados de informática (R\$ 78 mil) e com remuneração de depósitos a prazo (R\$ 39 mil) em nome da Seculus Tecnologia no exercício

(e) Despesa total de R\$ 9.094 mil (R\$ 7.665 mil em 2010) proveniente de despesas com remuneração de depósitos a prazo mantidos por pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no exercício.

19 Cobertura de seguros

A Administração entende que a cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2011, é suficiente para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado. As premissas de risco adotadas, dado a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20 Evento subsequente

i. Em 29 de março de 2012, a Instituição efetuou, com recursos aportados pelos seus acionistas, depósito vinculado ao Banco Central do Brasil, no valor de R\$ 15 milhões, nos termos do art. 6º da Resolução nº 4.019/2011, retomando o reequilíbrio do índice de Basileia no mínimo requerido pelas normas vigentes, conforme mencionado pela nota explicativa nº 14 - Patrimônio Líquido (letra "c");

ii. Em 27 de junho de 2012, os acionistas da Instituição deliberaram pelo aumento de capital dos R\$ 15 milhões retro mencionados, mediante a conversão do depósito vinculado ao Banco Central do Brasil. Nesta mesma data, novamente a Instituição efetuou, com recursos aportados pelos seus acionistas, outro depósito vinculado ao Banco Central do Brasil, desta vez no montante de R\$ 13,3 milhões, como parte do plano de enquadramento da Instituição, de forma a manter sempre o índice de Basileia acima dos patamares regulamentares.

iii. Em 30 de junho de 2012, a Administração determinou a realização dos seguintes ajustes nas demonstrações contábeis da Instituição, os quais, aderentes ao plano de readequação operacional apresentado ao Banco Central do Brasil, e sumariamente relatado na nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional, a saber:

a. O contingenciamento de R\$ 7.989 mil para fazer face ao não atingimento da *performance* estabelecida em razão do Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros firmado em 20 de setembro de 2010 com destacada seguradora do mercado nacional e internacional, com o objetivo de intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias em favor dos clientes tomadores de crédito da Instituição, para o

qual, havia recebido a importância de R\$ 8.000 mil em 2010 a título de bônus em face do uso exclusivo dos canais de distribuição pela Seguradora, ainda que referido contrato esteja coberto por garantia prestada por empresa integrante do Grupo Seculus, no montante de R\$ 8.000 mil, através de Carta de Fiança emitida pelo Banco do Brasil S.A.

b. A realização das despesas diferidas em face da remuneração paga à empresa ligada operacionalmente, SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda., no montante de R\$ 5.741 mil (R\$ 10.356 mil em 31 de dezembro de 2011)

c. A baixa dos ativos de fraudes nas operações de crédito - pessoa física e de pendências na formalização de operações de compra de dívida de pessoas físicas em outras IFS., cujo montante importou em R\$ 3.155 mil (R\$ 3.022 mil em 31 de dezembro de 2011)

d. O reconhecimento complementar de provisão para perda no recebimento de créditos, decorrente de operações renegociadas, no montante de R\$ 3.382 mil (R\$ 3.930 mil em 31 de dezembro de 2011)

e. O reconhecimento da perda em processos trabalhistas originados na gestão anterior à aquisição do controle societário da Instituição pelos acionistas do Grupo Seculus, no montante de R\$ 2.373 mil (R\$ 2.387 mil em 31 de dezembro de 2011), que encontrava-se integralmente suportado por depósitos judiciais, os quais, levantados pelos respectivos reclamantes, conforme mencionado na nota explicativa nº 10 - Outros Créditos (letra "c").

21 Outras informações

i. Em 28 de abril de 2011, o Banco Central do Brasil, através do Ato-Preli 1.185, decretou a intervenção do Banco Morada S.A., a qual, em 25 de outubro de 2011, foi transformada em liquidação extrajudicial, através do Ato-Preli 1.208. O Banco Semear S.A., na composição dos valores demonstrados na nota explicativa nº 8 - Operações de Crédito, possui operações de aquisição e cessão de créditos com coobrigação com a mencionada Instituição, os quais encontram-se inadimplentes, sendo que, os saldos e vencimentos das referidas operações, na data de 31 de dezembro de 2011, podem ser assim resumidos:

Vencimentos	2011	
	Valores a receber	Valores a pagar
Aquisição de créditos	Cessão de créditos	
Vencidos	2.693	2.101
Até 30 dias	321	24
De 31 a 60 dias	319	8
De 61 a 90 dias	313	4
De 91 a 180 dias	789	7
De 181 a 360 dias	1.740	-
Acima de 360 dias	6.952	-
	<u>13.127</u>	<u>2.144</u>
Circulante	6.175	2.101
Não circulante	6.952	-
Conta de compensação	-	43

Neste sentido, a Instituição vem monitorando o processo desde a intervenção, agora, liquidação extrajudicial, sendo que, o

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente - Artur Geraldo de Azevedo	Conselheiro - Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho	DIRETORIA:
Vice-presidente - Elcio Antonio de Azevedo	Conselheiro - Ilvio Braz de Azevedo	Presidente - Elcio Antonio de Azevedo
	Conselheiro - Jairo Siqueira de Azevedo	Vice-presidente - Marcio José Siqueira de Azevedo
	Conselheiro - Marcio Jose Siqueira de Azevedo	Diretor - Georges Ghassen Saleh

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
Contadora - CRC-MG: 48852
Maria Aparecida F. de Souza Costa

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Banco Semear S.A. Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2011 o Banco Semear mantém no ativo circulante e não circulante despesas antecipadas relacionadas a comissões sobre operações de crédito nos montantes de R\$ 11.345 mil e R\$ 4.831 mil, respectivamente, pagas à empresa relacionada pertencente ao grupo econômico do Banco, cujos serviços prestados não são limitados à intermediação de operações de crédito. Entretanto, a Administração do Banco não possui controles suficientes que nos possibilitassem identificar os montantes relativos exclusivamente aos gastos com comissões sobre estas operações de crédito, cujos valores deveriam ser classificados como despesas antecipadas. Consequentemente, não foi possível mensurar os eventuais efeitos sobre o ativo, resultado do exercício e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, decorrentes do diferimento de pagamento dos referidos outros serviços prestados. Adicionalmente, as divulgações sobre partes relacionadas não fazem menção sobre este assunto.

A Administração do Banco melhorou a classificação de risco de operações de crédito renegociadas, sem que houvesse alteração do risco, provocada por amortizações significativas ou por outros fatos relevantes, conforme preconizado pelo parágrafo 1º do art. 8º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está reconhecido a menor em aproximadamente R\$ 3.292 mil e o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão reconhecidos a maior pelo mesmo valor.

Conforme Nota Explicativa nº 10, o Banco Semear possui contabilizado na rubrica de Outros Créditos - Devedores diversos - País, no Ativo Circulante, o valor de R\$ 2.528 mil, representado por pendências a regularizar. Não foi registrada provisão para perda sobre o referido montante. Como consequência, o ativo circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão reconhecidos a maior nesse montante.

Conforme Nota Explicativa nº 13, a Administração do Banco Semear amparada na opinião de seus assessores jurídicos externos, mantém o registro contábil de provisão para contingências judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada como sendo provável, e realiza a divulgação em nota explicativa das contingências cuja probabilidade de perda é classificada como possível. Contudo, mediante confirmação direta dos assessores jurídicos externos, os processos com expectativa de perda provável, superam, em R\$ 1.239 mil, o montante registrado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011. Como

consequência, o saldo da rubrica "Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes - passivo não circulante" está reconhecido a menor e o resultado e patrimônio líquido estão reconhecidos a maior nesse montante.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.III.a., em 20 de setembro de 2010, o Banco Semear firmou Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros junto à determinada Seguradora com o objetivo de intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias em favor dos clientes tomadores de crédito junto ao Banco. Em decorrência da *performance* estabelecida no referido contrato não ter sido atingida, em 31 de dezembro de 2011, o Banco deveria ter registrado uma obrigação a pagar no valor de R\$ 7.989 mil. Sendo assim, o saldo do passivo circulante está reconhecido a menor e o resultado do exercício e patrimônio líquido está reconhecido a maior nesse montante.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes do assunto mencionado no primeiro parágrafo, bem como pelos efeitos mencionados nos parágrafos segundo a quinto da seção "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração do Banco vem evitando esforços na reformulação do seu planejamento estratégico imprimindo uma série de medidas com o objetivo de manter o Banco dentro dos limites operacionais exigidos pelo Banco Central do Brasil. O sucesso destas ações, bem como a sua execução por parte dos gestores do Banco, é considerado pela Administração como determinante para a reversão do atual cenário e equacionamento patrimonial do Banco, visando sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios e não contêm quaisquer ajustes decorrentes dessas incertezas. As demonstrações financeiras não contêm quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e quanto aos valores e classificação de passivos que sejam requeridos na impossibilidade da instituição continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e nº 9, a Administração do Banco reconheceu créditos tributários diferidos em razão de

montante dos créditos adquiridos encontra-se classificado no nível de risco "H", e, portanto, integralmente provisionado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8, letra "a" - Operações de Crédito.

ii. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco Semear constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste num canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

iii. Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Semear S.A. mantém sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, de forma a garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos da Instituição. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados, sendo que o relatório do ano de 2011 também encontra-se à disposição dos interessados e publicado no sítio de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?>

iv. Por sua vez, o Banco Semear constituiu estrutura para o gerenciamento de Risco de Mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia.

Neste sentido, a Instituição também promoveu um *upgrade* de seu sistema informatizado de forma a garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2011 encontra-se à disposição dos interessados e publicado no sítio de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?>

v. Em observância ao cronograma de implementação de estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição adotou as seguintes ações:

- Indicou o diretor responsável pelo gerenciamento do risco de crédito
- Definiu a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito
- Definiu a política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à implementação do gerenciamento do risco de crédito
- Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador CRC 1SP197193/O-6-S'MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3